



NICOLAU  
MAQUIAVEL  
O PRÍNCIPE



*É preciso ser raposa para conhecer  
as armadilhas e leão para  
atemorizar os lobos.*



Penguin Clássicos  
*Great Ideas*

*O Príncipe*

## DEDICATÓRIA

NICOLAUS MACLAVELLUS  
AD MAGNIFICUM LAURENTIUM MEDICEM.

*[Nicolau Maquiavel  
ao Magnífico Lourenço de Médicis]*

No mais das vezes, aqueles que desejam obter as boas graças de um príncipe costumam ir ao seu encontro com as coisas que entre os seus são consideradas as mais desejadas ou com as quais o veem deleitar-se mais. Donde repetidas vezes são presenteados com cavalos, armas, brocados, pedras preciosas e outros ornamentos dignos da sua grandeza. Desejando eu, pois, oferecer-me a Vossa Magnificência com algum testemunho da minha submissão, não encontrei entre os meus bens coisa que tenha por mais querida ou que tanto estime quanto o conhecimento das ações dos grandes homens, adquirido por mim graças a uma longa experiência das coisas modernas e a uma contínua aprendizagem das antigas, as quais, tendo-as eu longamente excogitado e examinado com grande diligência, e agora resumido num pequeno volume, envio a Vossa Magnificência. E ainda que julgue ser esta obra indigna da Vossa

presença, confio, todavia, que possa ser aceite, dada a vossa humanidade e considerando que de mim não possa fazer maior oferenda do que a possibilidade de compreender, em brevíssimo tempo, tudo aquilo que eu, ao longo de tantos anos, tantas dificuldades e perigos, conheci. Esta obra não vai adornada nem repleta de cláusulas amplas, ou de palavras empoladas e magníficas, ou de qualquer outro lenocínio ou artifício extrínseco com os quais muitos costumam descrever e adornar as suas, porque quis ou que nada a enobrecesse, ou que apenas a diversidade do material e a gravidade do assunto a tornassem apreciada. Nem ensejo que se tome como presunção que um homem de baixo e ínfimo estado ouse discorrer e estabelecer as regras dos governos dos príncipes, pois, tal como os que desenham os territórios se posicionam num plano mais baixo, na planície, para examinar a natureza das montanhas, e dos locais altos e do cume dos montes contemplam os locais abaixo, da mesma forma, para conhecer bem a natureza dos povos, é preciso ser príncipe e, para conhecer bem a dos príncipes, é preciso ser do povo.

Vossa Magnificência, aceitai, pois, esta pequena oferenda com aquele ânimo com que eu a envio, visto que, se por vós diligentemente considerada e lida, encontrará no seu interior o meu desejo extremo de que alcanceis aquela grandeza que a fortuna e as vossas demais qualidades prometem. E se a Vossa Magnificência, do ápice da vossa alteza, alguma vez voltar o olhar para estes lugares baixos, saberá quão indignamente suporto uma enorme e contínua malignidade da fortuna.

*Quot sint genera principatuum et quibus  
modis acquirantur.*

*[De quantos géneros são os principados  
e de que modo se adquirem]*

Todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm poder sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados. Os principados são ou hereditários, quando o sangue do seu senhor está há bastante tempo no poder, ou novos. Os novos, ou são totalmente novos, como era Milão para Francisco Sforza, ou são como regiões acrescentadas ao Estado hereditário do príncipe que os adquire, como é o reino de Nápoles para o rei de Espanha. Esses domínios assim adquiridos estão ou habituados a viver sob um príncipe ou acostumados a serem livres, e são adquiridos ou com as armas de outros ou com as próprias, ou pela fortuna ou pela virtude.

*De principatibus hereditariis.**[Dos principados hereditários]*

Deixarei para trás a discussão sobre as repúblicas, visto noutra ocasião ter argumentado longamente a seu respeito. Dedicar-me-ei unicamente ao principado, tecendo as já referidas urdiduras, e examinarei como estes principados podem ser governados e mantidos.

Digo, pois, que é muito menor a dificuldade de manter os Estados hereditários e acostumados ao sangue do seu príncipe do que os novos, visto ser suficiente não preterir a ordem dos seus antecessores e contemporizar com os acontecimentos fortuitos. De modo que, se tal príncipe for de industriosidade ordinária, sempre se manterá no seu Estado, a não ser que uma força extraordinária e excessiva o despoje dele. E mesmo que isso aconteça, por mais sinistro que seja o ocupante, conquistá-lo-á de volta.

Temos em Itália, por exemplo, o duque de Ferrara, o qual só resistiu às investidas dos Venezianos em 84, ou à do papa Júlio em 10, em virtude da sua antiguidade naquele domínio. Porque o príncipe natural tem menos

motivos e menos necessidade de ofender, é compreensível que seja mais amado. E se vícios extraordinários não o tornam odioso, é razoável que seja naturalmente bem-amado pelos seus. E, com a antiguidade e a manutenção do domínio, extinguem-se as memórias e as razões das mudanças, porquanto uma mudança deixa sempre as bases para a edificação da seguinte.

### III

#### *De principatibus mixtis.*

#### *[Dos principados mistos]*

É sobre o principado novo que recaem as dificuldades. Antes de mais, se não é inteiramente novo, mas coexiste no interior de outro — quase podendo chamar-se misto —, as suas variações nascem primeiramente de uma dificuldade natural que se manifesta em todos os principados novos: os homens mudam de bom grado de senhor acreditando com isso melhorar. É esta crença que os leva a correr às armas contra aquele, no que se enganam ao verem depois, por experiência, terem piorado. O que depende duma outra necessidade natural e ordinária, a qual o constrange sempre a ofender aqueles de quem se torna o novo príncipe, quer com soldados, quer com infinitas outras injúrias que a nova conquista arrasta consigo. De modo que terás por inimigos todos aqueles a quem ofendeste ao ocupar esse principado e não poderás manter como amigos aqueles que lá te puseram, por não poderes satisfazê-los da forma que haviam pressuposto e por não poderes usar contra eles remédios fortes, posto lhes teres uma dívida.

Pois ainda que alguém se saiba fortíssimo em virtude dos exércitos que possui, precisa sempre do favor dos naturais para poder entrar numa província. Foi por estas razões que, tão rapidamente como ocupou Milão, Luís XII, rei de França, logo a perdeu, tendo bastado as tropas de Ludovico para lha arrebatá-la da primeira vez, já que, vendo-se enganados na sua opinião e no bem futuro que haviam pressuposto, aqueles povos que lhe tinham aberto as portas não puderam suportar as contrariedades impostas pelo novo príncipe.

É bem verdade que, conquistados pela segunda vez os territórios revoltosos, mais dificilmente são perdidos, porque o senhor, aproveitando-se da rebelião, é menos comedido em assegurar-se da punição dos delinquentes, investigar os suspeitos e cuidar das partes mais frágeis. De modo que, se para que França perdesse Milão bastou, da primeira vez, que um duque Ludovico rumorejasse nas fronteiras, na segunda vez foi preciso ter o mundo inteiro contra ela e que os seus exércitos fossem derrotados ou expulsos de Itália, o que resultou das razões já expostas. Em qualquer caso, seja na primeira, seja na segunda vez, Milão foi-lhe arrebatada. As razões universais da primeira foram discutidas. Resta agora discorrer sobre as da segunda e ver que remédios tinha o rei de França e quais poderia ter qualquer um que se encontrasse em tais circunstâncias, para, melhor do que França, se manter na posse do território ocupado. Digo, pois, que estes Estados que por conquista se juntam ao Estado antigo que os adquire, ou são da mesma província e da mesma língua, ou não são. Em tal caso, é muito fácil mantê-los, sobretudo quando não estão habituados

a viver em liberdade. Para os dominar definitivamente, basta extinguir a linhagem do príncipe que os governava, porque, nos restantes aspetos, mantendo-se eles nas antigas condições e não havendo mudança de costumes, os homens vivem tranquilamente, como se viu no caso da Borgonha, da Bretanha, da Gasconha e da Normandia, que tanto tempo estiveram sob domínio francês. E, se algumas diferenças linguísticas há, os costumes são semelhantes e podem facilmente harmonizar-se. E quem os conquista, querendo mantê-los, deverá ter em consideração dois aspetos: um, que o sangue do seu antigo príncipe se extinga; o outro, que não altere a sua lei nem os seus impostos. De tal modo que, em brevíssimo tempo, passará a ser um só corpo com o seu antigo principado.

É, porém, quando se adquirem Estados de uma província com língua, costumes e leis diferentes que surgem as dificuldades, sendo necessárias enorme fortuna e habilidade para os manter. E um dos maiores e mais eficazes remédios seria que a pessoa que os adquire passasse a habitá-los. Isso tornaria mais segura e mais duradoura a posse, como fez o Turco na Grécia, a qual, mesmo respeitando os demais preceitos para manter aquele Estado, ele não teria conservado se para ali não tivesse ido habitar. Porque, estando lá, se assiste ao nascer das desordens e rapidamente se pode remediá-las. Não estando, só se chega ao seu conhecimento quando atingem grandes proporções e já não resta mais remédio. Além disso, a província não é, assim, espoliada pelos seus oficiais, e os súbditos ficam satisfeitos por poderem recorrer de perto ao príncipe, donde têm mais motivos para o amar, se quiserem ser bons,

e para o temer, se quiserem ser de outra forma. Quem do exterior quiser atacar aquele Estado respeitá-lo-á mais, já que, habitando-o, só com enorme dificuldade poderá perdê-lo.

O outro remédio é enviar, para um ou dois locais, colônias que sirvam de grilhões àquele Estado, visto ser necessário ou fazer isso ou manter lá suficiente gente de armas e soldados de infantaria. As despesas com as colônias não são elevadas e podem ser enviadas e mantidas sem grandes custos, ou reduzidos. Ofendem apenas quem perde os campos e as casas para os novos habitantes, que são uma pequena parte daquele Estado, e aqueles a quem ofende, permanecendo dispersos e pobres, jamais poderão ser-lhe nocivos. Todos os outros permanecem, por um lado, inofensivos e, por isso, devem aquietar-se, por outro, temerosos de errar e de que lhes sobrevenha o mesmo destino dos que foram despojados. Concluo que estas colônias, não sendo dispendiosas, são mais fiéis e ofendem menos. E os ofendidos não podem ser nocivos estando pobres e dispersos, como se disse. Pelo que convirá notar que os homens se devem ou acarinhar ou aniquilar, porque, se é verdade que se vingam das ofensas leves, o mesmo não sucede com as graves: donde a ofensa que se faça ao homem deve ser tal que não se possa temer a vingança. Mas, se em vez de colônias, se recorrerem a soldados, os custos serão consideravelmente superiores, havendo que lhes destinar todas as receitas daquele Estado, de modo que a aquisição se transforma em perda e ofende muito mais, porque a transferência dos alojamentos do exército lesa todo esse Estado,

incómodo que é sentido por todos e todos se tornam seus inimigos. São estes os inimigos que, permanecendo subjugados em suas casas, podem prejudicar. Assim, sob todos os aspetos, o exército é inútil, tal como a criação de colónias é útil.

Deve ainda quem se encontre numa província estrangeira, como se disse, tornar-se líder e defensor de vizinhos menos poderosos e tudo fazer para enfraquecer os que nela são mais poderosos, tomando medidas para que, fortuitamente, aí não entre um forasteiro tão poderoso quanto ele. Sempre acontecerá que aí seja posto por aqueles que ficaram descontentes, seja por demasiada ambição seja por medo, como se viu com os Etólios ao introduzirem os Romanos na Grécia. Verdade seja dita, em qualquer província que tenham entrado, foram ajudados pelos naturais. E é a ordem das coisas que, logo que um forasteiro poderoso entra numa província, todos os que nela são menos poderosos se lhe juntam, movidos pela inveja que dedicam àquele que exerce o poder sobre eles. Tanto assim é que ele não tem grandes dificuldades em ganhar o apoio dos de menos poder, pois, todos juntos, imediatamente formam um bloco com o Estado recém-adquirido. Precisa apenas de se preocupar em que não reúnam demasiados exércitos nem demasiada autoridade, e facilmente pode, com os seus exércitos e o seu favor, submeter os que são poderosos e permanecer em tudo o árbitro da província. E quem não governar satisfatoriamente neste âmbito depressa perderá o que conquistou e, enquanto conseguir conservá-lo, debater-se-á no seu interior com infinitas dificuldades e aborrecimentos.

Nas províncias que ocuparam, os Romanos observaram bem estes aspetos, estabelecendo colónias, aliciando os menos poderosos sem lhes aumentar o poder, enfraquecendo os poderosos e não permitindo que nelas granjeassem reputação forasteiros poderosos. E espero que tão-só me baste como exemplo a província da Grécia. Foram aliciados por eles Aqueus e Etólios; o reino dos Macedónios, submetido; Antíoco foi expulso e nunca os méritos dos Aqueus ou dos Etólios lhes permitiu ampliar um Estado, nem jamais as persuasões de Filipe os induziu a tratarem-no como amigo sem o rebaixarem, nem o poder de Antíoco pôde garantir que lhe consentissem deter algum Estado naquela província. Porque os Romanos fizeram nestes casos aquilo que todos os príncipes sábios devem fazer, os quais têm de se acautelar não só contra as desordens presentes, mas também contra as futuras, e todas obviar com o máximo engenho, pois, prevenindo-se antecipadamente, facilmente se pode dar-lhes remédio, mas, deixando que se avizinhem, a medicina já não irá a tempo porque a doença se tornou incurável. Acontece aqui o que dizem os médicos a respeito do tuberculoso: inicialmente, a doença é fácil de curar e difícil de diagnosticar, mas, com o passar do tempo e sem que tenha sido precocemente identificada e medicada, torna-se fácil o diagnóstico e difícil a cura. Assim sucede com as coisas do Estado, pois, conhecendo antecipadamente os males que nele nascem — os quais não se revelam a não ser aos prudentes —, pode-se curá-los rapidamente, mas quando, passando ignorados, se deixam crescer a ponto de não escaparem ao olhar de ninguém, então não há mais remédio.

Por isso é que os Romanos, vendo à distância os inconvenientes, sempre lhes deram remédio e jamais permitiram que seguissem o seu curso a fim de evitar uma guerra, pois sabiam que a guerra não se evita, mas tão-somente se adia em benefício de outros. Donde quiseram fazer guerra com Filipe e Antíoco na Grécia e não em Itália, embora pudessem então evitar uma e outra, se assim o quisessem. Nem nunca lhes agradaram as palavras proferidas diariamente pelos sábios dos nossos tempos sobre o desfrutar do benefício do tempo, preferindo os Romanos fiar-se na virtude e na prudência que possuíam, porque o tempo tudo arroja diante de si e pode acarretar o bem como um mal e o mal como um bem.

Mas voltemos a França e examinemos se, das coisas ditas, alguma se fez. E falarei de Luís, e não de Carlos, como aquele de quem, por ter tido mais longa posse de Itália, melhor se viram os progressos: e verão como ele fez o contrário das coisas que devem fazer-se para manter o Estado de uma província estrangeira.

O rei Luís foi levado a Itália pela ambição dos Venezianos, que quiseram ganhar metade do Estado da Lombardia com essa vinda. Não desejo condenar o partido tomado pelo rei, dado que, querendo pôr um pé em Itália e não tendo amigos nessa província, e, antes pelo contrário, estando-lhe todas as portas fechadas por oposição do rei Carlos, foi forçado a estabelecer as amizades que podia, o que se revelaria uma decisão bem tomada, se não houvesse cometido mais erros nas restantes. Conquistada, então, a Lombardia, o rei recuperou de imediato a reputação de que Carlos o privara:

Génova cedeu, tornando-se seus amigos os Florentinos, o marquês de Mântua, o duque de Ferrara, os Bentivogli, a senhora de Forli, os senhores de Faença, de Pesaro, de Rimini, de Camerino, de Piombino, os habitantes de Luca, Pisa e Siena, todos saíram ao seu encontro para serem seus amigos. Puderam então os Venezianos considerar a temeridade do partido que haviam tomado, já que, para adquirir duas terras na Lombardia, fizeram do rei senhor de dois terços de Itália.

Considere-se agora a pouca dificuldade com que o rei podia ter conservado a sua reputação em Itália, se houvesse observado as regras supramencionadas e protegido e defendido todos os seus amigos, os quais, por serem numerosos, débeis e temerosos, quer da Igreja, quer dos Venezianos, estavam sempre na necessidade de o terem a seu lado e, por meio deles, poderia facilmente assegurar-se contra aqueles que aí permaneciam poderosos. Mas, assim que entrou em Milão, fez o contrário, ajudando o papa Alexandre a ocupar a Romanha. Nem se deu conta de que, com esta deliberação, se enfraquecia, o que lhe custou os amigos e todos aqueles que se haviam lançado a seus pés, e engrandecia a Igreja, acrescentando ao poder espiritual, que já lhe dá tanta autoridade, igualmente considerável poder temporal. E, havendo cometido um primeiro erro, foi constrangido a continuar, a ponto de, para pôr termo à ambição de Alexandre e impedir que se tornasse senhor da Toscana, ser forçado a vir a Itália. Não lhe bastou haver engrandecido a Igreja e perdido os amigos, como ainda, para obter o reino de Nápoles, o dividiu com o rei de Espanha. E ele, que era árbitro de Itália, aí meteu

um companheiro para que os ambiciosos dessa província e os descontentes com ele tivessem a quem recorrer; e, podendo deixar naquele reino um rei seu tributário, tirou-o para pôr nele um que o pudesse expulsar.

É coisa verdadeiramente muito natural e habitual o desejo de conquistar e, quando os homens que podem o fazem, são sempre elogiados, ou pelo menos, não censurados. O erro e a censura surgem quando eles não podem, mas querem fazê-lo de todos os modos. Pois bem, se podia atacar Nápoles com os seus exércitos, França devia tê-lo feito; se não podia, não devia dividi-la. E se a divisão da Lombardia feita com os Venezianos tinha desculpa, por lhe ter permitido firmar o pé em Itália, esta merece censura por não se encontrar desculpa para aquela necessidade. Havia, pois, Luís cometido estes cinco erros: destruído os menos poderosos, reforçado o poder de um poderoso em Itália, ter posto lá um forasteiro poderosíssimo, não ter ido habitá-la, não ter nela instalado colónias. Erros que, mesmo assim, podiam não o ter lesado em vida, não houvesse cometido o sexto: o de tirar o Estado aos Venezianos. Ora, se não tivesse engrandecido a Igreja nem posto Espanha em Itália, teria sido bem razoável e necessário enfraquecê-los. Mas, tendo tomado estas primeiras decisões, não devia nunca ter consentido a ruína dos Venezianos, pois, sendo eles poderosos, sempre manteriam os outros longe da Lombardia, seja porque não o teriam permitido sem se tornarem seus senhores, seja porque os outros não teriam querido tirá-la a França para a dar aos Venezianos, e arremeter contra ambas era algo para que lhes faltava alento.

E se alguém dissesse que o rei Luís cedeu a Romanha a Alexandre e o reino de Nápoles a Espanha para evitar uma guerra, eu responderia com as razões mencionadas: que jamais se deve permitir que uma desordem se prolongue para fugir a uma guerra, porque dela não se foge, apenas se a adia em desvantagem própria. E, se outros alegassem a fidelidade que o rei havia prometido ao papa, concretizando por ele aquele empreendimento em troca da dissolução do seu casamento e do chapéu cardinalício de Ruão, respondo com aquilo que a seguir se dirá sobre a fidelidade dos príncipes e como se deve observá-la. O rei Luís perdeu, pois, a Lombardia por não observar nenhum dos termos tidos em conta por outros que tomaram províncias e quiseram mantê-las. Não há nisso nenhum milagre: é coisa muito habitual e razoável. E desta matéria falei eu em Nantes com o Ruão, quando Valentino — como assim era chamado popularmente César Bórgia, filho do papa Alexandre — ocupava a Romanha, pois, dizendo-me o cardeal de Ruão que os Italianos não entendiam da guerra, respondi-lhe que os Franceses não entendiam do Estado, uma vez que, se entendessem, não deixariam a Igreja alcançar tamanha grandeza. Por experiência se viu que a grandeza desta e de Espanha em Itália foi causada por França, e a sua ruína, provocada por elas. Daqui se retira uma regra geral que nunca ou raramente falha: quem é a causa de alguém se tornar poderoso arruína-se, visto esse poder ser causado ou pela astúcia ou pela força, ambas as quais são suspeitas ao que se tornou poderoso.

*Cur Darii regnum quod Alexander  
occupaverat a successoribus  
suis post Alexandri mortem non defecit.*

*[Por que razão o reino de Dario,  
ocupado por Alexandre, não se revoltou,  
após a morte deste, contra os seus sucessores]*

Consideradas as dificuldades intrínsecas à manutenção de um Estado recém-conquistado, pode uma pessoa surpreender-se perante o facto de Alexandre, *o Grande*, se ter tornado senhor da Ásia em poucos anos, e, tendo vindo a morrer logo depois de a conquistar — donde parecia razoável que todo o Estado se revoltasse —, os seus sucessores conseguissem conservá-la sem mais dificuldades do que aquelas que, por ambição própria, nascia dentre eles. Respondo que os principados de que há memória são governados de duas formas diferentes: ou por um príncipe, sendo todos os outros servos que, como ministros por sua graça e concessão, o ajudam a governar o reino; ou por um príncipe e por barões, que, não pela graça do senhor, mas pela antiguidade do sangue, mantêm esse posto. Estes barões têm os seus

próprios Estados e súbditos, a quem reconhecem como senhores e dedicam uma afeição natural. Os Estados que são governados por um príncipe e por servos têm no seu príncipe a máxima autoridade, porque em toda a sua província não há quem reconheça por superior senão ele. E, se obedecem a algum outro, fazem-no pela sua qualidade de ministro e oficial, sem lhe dedicarem particular amor.

Os exemplos destas duas formas de governo são, nos nossos tempos, o Turco e o rei de França. Toda a monarquia turca é governada por um senhor, os outros são seus servos, e, dividindo o seu reino em sanjaques, para lá envia diversos administradores, mudando-os e substituindo-os consoante lhe aprouver. Mas o rei de França encontra-se no meio de uma antiquada multidão de senhores que, naquele Estado, são reconhecidos pelos seus súbditos e por eles amados, têm os seus privilégios, dos quais o rei não os pode privar sem perigo para si. Quem considerar, pois, um e outro destes Estados encontrará dificuldades em conquistar o Estado do Turco, mas, uma vez vencido, será grande a facilidade em mantê-lo. As razões da dificuldade em ocupar o reino do Turco resultam de não poder ser chamado pelos príncipes daquele reino, nem esperar que o seu empreendimento seja facilitado com a rebelião dos que o rodeiam, o que decorre das razões mencionadas. Porque sendo todos seus escravos e estando-lhe obrigados, com mais dificuldade se corrompem e, quando corrompidos, pouca utilidade pode esperar-se deles, por não conseguirem, pelas razões assinaladas, arrastar atrás de si o povo. Donde quem quer que ataque

o reino do Turco deve pensar que o encontrará unido, convindo-lhe mais acreditar nos seus exércitos do que nas desordens dos outros. Mas, depois de vencido e derrotado em batalha de modo tal que não possa refazer os exércitos, nada mais há a recear senão o sangue do príncipe, o qual, uma vez extinto, não deixa ninguém a quem temer, não tendo os outros o crédito da população e, tal como o vencedor não podia, antes da vitória, depositar esperança neles, também não deve depois dela temê-los.

O contrário acontece nos reinos governados como França, porque facilmente podes entrar neles com o apoio de algum barão local e sempre se encontram descontentes e quem deseje inovar. Estes, pelas razões mencionadas, podem abrir-te caminho para esse Estado e facilitar-te a vitória, a qual, se a quiseres manter, arrasta atrás de si infinitas dificuldades, tanto por aqueles que te ajudaram quanto por aqueles que oprimiste. Nem basta extinguir o sangue do príncipe, porque restam os senhores que se arrogam líderes das novas alterações e, não podendo nem contentá-los nem extingui-los, perdes esse Estado sempre que se apresente a ocasião.

Ora, se considerardes a natureza do governo de Dario, achá-lo-eis semelhante ao reino do Turco; e, por isso, foi necessário que Alexandre primeiro o atacasse e esmagasse em batalha. Após a vitória, com a morte de Dario, Alexandre garantiu a segurança daquele Estado pelas razões atrás discutidas. E, tivessem permanecido unidos, os seus sucessores poderiam fruí-lo ociosamente, pois naquele reino não surgiram outros

tumultos senão os que eles próprios suscitaram. Já nos Estados organizados como França, é impossível mantê-los com semelhante quietude. Daqui nasceram as frequentes rebeliões de Espanha, França e Grécia contra os Romanos, pelos numerosos principados que existiam naqueles Estados: enquanto a sua memória perdurou, os Romanos viveram sempre na incerteza da posse, mas, desvanecida a memória desses principados, com o poder e a diuturnidade do império tornaram-se seus senhores inabaláveis. E puderam também eles, combatendo depois entre si, arrastar consigo parte daquelas províncias em função da autoridade que aí haviam adquirido, e estas, extinto o sangue do seu antigo senhor, não reconheciam senão os Romanos. Consideradas, pois, todas estas coisas, ninguém se admirará da facilidade que Alexandre teve em manter o Estado da Ásia e das dificuldades que Pirro e muitos outros tiveram em conservar os territórios conquistados. Não nasceu isto da maior ou menor virtude do vencedor, mas, sim, da diversidade da situação.

*Quomodo administrandae sunt civitates  
vel principatus, qui, antequam occuparentur  
suis legibus vivebant.*

*[De que modo devem governar-se as cidades  
ou os principados que, antes de serem ocupados,  
viviam com leis próprias.]*

Quando os Estados que se conquistam, como se disse, estão acostumados a viver com as suas leis e em liberdade, são três as formas de os manter: primeiro, destruí-las; segundo, morar neles pessoalmente; e, terceiro, deixá-los viver com as suas leis, impondo-lhes um tributo e criando no seu interior um governo de poucos que os conserve amigo. Porque, sendo criado pelo príncipe, esse governo sabe que não pode conservá-lo sem a sua amizade e poder e tudo fará para o manter. E uma cidade habituada à liberdade é mais facilmente governada pelos seus próprios cidadãos do que por outros.

Os Espartanos e os Romanos são exemplos disso. Os Espartanos dominaram Atenas e Tebas criando um governo de poucos e, ainda assim, voltaram a perdê-las. Os Romanos, para manter Cápua, Cartago e Numância,

destruíram-nas e não as perderam. Quiseram dominar a Grécia, quase como o haviam feito os Espartanos, tornando-a livre e deixando-a com as suas leis, mas, não tendo sucesso, foram forçados a destruir diversas cidades daquela província para a manter. Porque, na verdade, não há forma segura de possuir cidades a não ser arruinando-as. E quem se torne senhor duma cidade habituada a viver livre, e não a destrua, espere por ela ser destruído, porque nela encontram sempre refúgio na rebelião o nome da liberdade e os seus antigos preceitos, os quais nem a passagem do tempo nem os benefícios deixarão jamais esquecer. Por mais que se faça e se providencie, se não se desunem ou dispersam os habitantes, estes não esquecerão aquele nome nem aqueles preceitos e deles imediatamente lançarão mão quando a circunstância surja, como fez Pisa depois de estar cem anos submetida aos Florentinos. Porém, quando as cidades ou as províncias estão acostumadas a viver sob a égide de um príncipe e esse sangue se extingue, estando, por um lado, habituados a obedecer e, por outro, não tendo o velho príncipe, os habitantes não chegam a acordo para eleger um deles nem sabem como viver livres. De modo que tardarão em recorrer às armas e mais facilmente um príncipe pode dominá-los e assegurar-se deles. Mas nas repúblicas há mais vida, mais ódio e mais desejo de vingança. A memória da antiga liberdade não deixa, nem pode deixar repousar os cidadãos, de sorte que a forma mais segura é destruí-los ou ir para lá habitar.

## VI

*De principatibus novis qui armis propriis  
et virtute acquiruntur.*

*[Dos principados novos que se adquirem  
com as próprias armas e virtuosamente]*

Que ninguém se surpreenda se, ao falar de principados totalmente novos, do príncipe e do Estado, aduza eu grandíssimos exemplos, uma vez que, caminhando quase sempre os homens pelos percursos trilhados por outros, procedendo nas suas ações por imitação, ainda que não possam seguir em tudo os percursos destes, nem chegar à virtude daqueles a quem imitam, deve um homem prudente meter-se sempre pelos trilhos percorridos pelos grandes homens e imitar aqueles que foram os mais excelentes, de modo que, se à sua virtude não chegar, sinta pelo menos o seu perfume. Importa fazer como os arqueiros prudentes, os quais, parecendo demasiado distante o lugar que desejam atingir e sabendo até onde vai a virtude do seu arco, apontam muito mais alto do que o alvo pretendido, não para que a sua flecha atinja tamanha altitude, mas para poder, ao apontar tão alto, alcançar o seu desígnio. Digo, pois,

que nos principados inteiramente novos em que haja um novo príncipe existe maior ou menor dificuldade de os manter consoante o grau de virtuosidade de quem os adquire. E, porque a ascensão de cidadão comum a príncipe pressupõe ou virtude ou fortuna, parece que uma ou outra destas duas mitiga em parte muitas dificuldades. No entanto, aquele que menos dependeu da fortuna é o que mais consegue manter-se. A facilidade será ainda maior se o príncipe se vir constrangido, por não ter outros Estados, a ir habitá-lo pessoalmente. Mas, atendo-me aos que por virtude própria e não por fortuna se tornaram príncipes, digo que os mais excelentes são Moisés, Ciro, Rómulo, Teseu e semelhantes. E ainda que de Moisés não se deva discorrer, sendo um mero executor das coisas divinas, deve, contudo, ser admirado por aquela graça que o tornou digno de falar com Deus. Mas consideremos Ciro e os outros que conquistaram ou fundaram reinos: achá-los-eis todos admiráveis. E, se se considerarem as suas ações e preceitos particulares, parecerão não diferir das de Moisés, que tão grande preceptor teve. E, examinando as suas ações e vidas, não se vê que obtivessem da fortuna mais do que a ocasião, fornecendo-lhes a matéria onde introduzirem a forma que melhor lhes aprouve. Sem essa ocasião, a virtude do seu ânimo ter-se-ia extinguido e, sem ela, a ocasião teria sido em vão. Foi, pois, necessário que Moisés encontrasse no Egito, escravizado e oprimido pelos Egípcios, o povo de Israel, para que esse povo se dispusesse a segui-lo e a sair da servidão. Conveio que Rómulo não tivesse lugar em Alba e fosse abandonado ao nascer, para que se tornasse rei de Roma

e fundador daquela pátria. Foi necessário que Ciro encontrasse os Persas descontentes com o império dos Medas e os Medas embrandecidos e efeminados pela longa paz. Não podia Teseu demonstrar a sua virtude se não encontrasse os Atenienses dispersos. Estas ocasiões tornaram tais homens ditosos e a sua excelente virtude deu a conhecer a ocasião, com o que a sua pátria ficou enobrecida e se tornou felicíssima.

Os que, por vias virtuosas e semelhantes às daquelles, se tornam príncipes adquirem o principado com dificuldade, mas com facilidade o mantêm, e as dificuldades que têm para adquirir o principado nascem, em parte, dos novos preceitos e expedientes que são forçados a introduzir para fundar o seu Estado e a sua segurança. E deve considerar-se como não há coisa mais difícil de tratar, nem mais incerta de alcançar, nem mais perigosa de manejar do que liderar a introdução de novos preceitos. Porque quem os introduz tem por inimigos todos aqueles que beneficiavam dos antigos preceitos e encontra tímidos defensores em todos quantos beneficiam dos novos. Este fraco entusiasmo nasce em parte por medo dos adversários, que têm as leis do seu lado, em parte da incredulidade dos homens, que não acreditam verdadeiramente nas coisas novas se não as virem nascer de uma firme experiência. Daí que, logo que tenham a oportunidade de atacar, os inimigos o façam sectariamente, e os outros defendam timidamente, de modo que ao lado destes o príncipe fica em perigo. É necessário, pois, querendo discorrer adequadamente sobre esta matéria, examinar se estes inovadores se mantêm por si mesmos ou dependem de outros,

isto é, se para levar a cabo a sua obra precisam de pedir ou se podem usar a força. No primeiro caso, as coisas acabam sempre mal e não levam a nada. Mas, quando dependem de si próprios e podem usar a força, então é que raramente correm perigo. Daqui resulta que todos os profetas armados venceram e os desarmados se arruinaram. Porque, além das coisas ditas, a natureza dos povos é volúvel: é fácil persuadi-los de uma coisa, mas difícil fixá-los nessa persuasão. E, portanto, convém que se organizem as coisas de forma que, quando já não acreditarem mais, se possa fazê-los acreditar pela força. Moisés, Ciro, Teseu e Rómulo não teriam conseguido que respeitassem longamente as suas constituições estando desarmados, como nos nossos tempos sucedeu a frei Jerónimo Savonarola, o qual se arruinou com os seus novos preceitos assim que a multidão deixou de acreditar neles, sem que tivesse forma de manter firmes os que haviam acreditado nem de fazer crer os incrédulos. É por isso que estes têm grande dificuldade em conduzir-se; todos os perigos os espreitam ao longo do caminho, e convirá que virtuosamente os superem. Mas, assim que os superem e comecem a ser venerados, tendo feito desaparecer os que invejavam as suas qualidades, tornam-se poderosos, seguros, honrados e ditosos.

A tão altos exemplos quero juntar um menor, mas que guardará alguma proporção com eles, e que julgo suficiente para todos os outros casos semelhantes: é o de Hierão de Siracusa. De cidadão comum, este ascendeu a príncipe de Siracusa e, da fortuna, também nada conheceu não ser a ocasião, pois, estando

## O Príncipe

os Siracusanos oprimidos, escolheram-no para capitão, donde mereceu que o fizessem príncipe. E foi de tanta virtude, mesmo na vida privada, que quem escreve a seu respeito diz: *Quod nihil illi deerat ad regnandum raeter regnum*.<sup>\*</sup> Eliminou a velha milícia e ordenou uma nova, deixou velhas amizades e fez novas e, assim que teve amigos e soldados, pode sob tal fundamento edificar todo o tipo de obras, tanto que foram grandes as dificuldades para adquirir o principiado e poucas para o manter.

\* «Mas nada lhe faltava para reinar exceto um reino.» (Trad. António de Castro Caeiro.)

- |   |                        |   |
|---|------------------------|---|
| 1 | Robert Louis Stevenson | <i>Uma Apologia do Ócio</i>   |
| 2 | Virginia Woolf         | <i>Um Quarto só Seu</i>   |
| 3 | Sun Tzu                | <i>A Arte da Guerra</i>   |
| 4 | Mary Wollstonecraft    | <i>Uma Vindicação dos Direitos da Mulher</i>                                |
| 5 | Friedrich Nietzsche    | <i>Deus Está Morto. Deus Continua Morto.<br/>E Fomos Nós Que o Matámos.</i> |
| 6 | Nicolau Maquiavel      | <i>O Príncipe</i>   |

Ao longo da História, alguns livros tiveram o condão de mudar o mundo. Transformaram a forma como nos entendemos e nos relacionamos. Provocaram debates, ruturas, guerras e revoluções. Esclareceram, chocaram, provocaram e confortaram. Engrandeceram — e destruíram — vidas. Nesta coleção, damos a conhecer o trabalho dos grandes pensadores, pioneiros, radicais e visionários cujas ideias abalaram a civilização e ajudaram a trilhar o caminho que percorremos até aqui.

Considerado a Bíblia da *realpolitik* e lido por estrategas, homens de negócios e políticos experientes em todo o mundo, *O Príncipe* é, ainda hoje, um guia indispensável para obter e manter o poder num mundo perigoso.



Penguin  
Random House  
Grupo Editorial

[www.penguinlivros.pt](http://www.penguinlivros.pt)

penguinlivros

ISBN: 978-989-589-798-8



9 789895 897988